

Ano de 2020 e Relatórios de Execução Orçamental do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA) relativos aos 2.º, 3.º e 4.º trimestres de 2020; Relatório de Execução Orçamental do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA) relativo ao 1.º Trimestre de 2021; Contratos de concessão de exploração de jogos; Procedimentos do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau relativos à imigração por fixação de residência dos técnicos especializados e imigração por investimentos; Capacidade das infra-estruturas de drenagem após chuvas intensas e tempestades.

A transmissão e auscultação de opiniões, propostas e críticas de diversa natureza formuladas por residentes, bem como a resposta atempada às demandas sociais aos requerimentos apresentados pela população constituem também atribuições do órgão legislativo. No decurso da sessão legislativa em curso, foram 26 os atendimentos efectuados presencialmente por deputados através do serviço de atendimento rotativo ao público. Houve ainda residentes que fizeram chegar, presencialmente, por telefone ou por correio electrónico, as suas opiniões e sugestões à Assembleia Legislativa, o que somou um total de 448 atendimentos. Houve ainda cidadãos e associações que apresentaram, sucessivamente, ao longo desta sessão legislativa, sete petições. A todas as situações referidas foi dado o devido seguimento por parte da Assembleia Legislativa, consoante os termos em concreto de cada caso.

CCAC Defendeu as Edições Limpas e CA Reforçou Cooperações e Intercâmbios



Em 2021, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) empenhou-se plenamente na concretização das prioridades da acção governativa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), focando-se na defesa das eleições limpas, planeando com antecedência e investindo avultados recursos na realização dos trabalhos de fiscalização das eleições para a Assembleia Legislativa, fazendo com que as eleições para a VII Assembleia Legislativa decorressem num ambiente justo, imparcial, aberto e íntegro.

No período entre 8 de Março e 12 de Setembro, durante a fiscalização das actividades eleitorais, o CCAC deu prioridade à implementação de acções de divulgação de eleições limpas, disponibilizando ao mesmo tempo diversas plataformas e meios para a recepção de queixas ou denúncias relacionadas com as eleições, bem como efectuando vistorias e fiscalizações, por iniciativa própria, a diferentes tipos de estabelecimentos, considerados como apresentando potencialmente risco no que respeita a corrupção eleitoral, no sentido de combater severamente as actividades ilícitas detectadas relacionadas com as eleições, tendo sido realizadas um total de 13.089 acções de fiscalização, e instaurados, sucessivamente, 28 processos de investigação (dos quais, quatro processos de inquérito e dois processos de contravenção). Durante esse período, várias listas de candidatura às eleições por sufrágio directo foram convidadas para se deslocar ao CCAC, tendo o pessoal da direcção do CCAC apresentado, presencialmente, matérias relativas à corrupção eleitoral e aos aspectos a ter em atenção durante o período de propaganda eleitoral conforme a Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa. Após a conclusão, com sucesso, das eleições legislativas, procedeu-se rapidamente à investigação e ao tratamento dos casos ilícitos relacionados com as eleições de acordo com a lei, alcançando-se assim os objectivos de prevenção e de combate à corrupção eleitoral em todas as fases do processo eleitoral, nomeadamente nas fases prévia, intercalar e posterior.

Simultaneamente, o CCAC nunca relaxou a sua função de fiscalização da acção governativa. Em 2021, o CCAC recebeu 1463 pedidos de consulta e 712 queixas ou denúncias (das quais 179 relacionadas com as eleições). De entre as queixas ou denúncias¹, 119 reuniram condições para serem instruídas e foram acompanhadas pela Direcção dos Serviços contra a Corrupção (DSCC), sendo que sete foram investigadas por solicitação de autoridades do exterior e 28 foram relacionadas com as eleições; 226 casos foram encaminhados para a Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça (DSPJ), dos quais 221 foram investigados através de processos de inquérito e cinco sob a forma de processos de sindicância. Por outro lado, 310 casos foram encaminhados, por não reunirem condições para serem instruídos, para o Centro de Gestão de Queixas para arquivamento directo ou encaminhamento directo aos serviços competentes para acompanhamento e tratamento.

Juntando os casos transitados do ano 2020, o CCAC concluiu, em 2021, um total de 294 processos de investigação. Dos casos concluídos pela DSCC, 13 foram encaminhados para o Ministério Público e 112 foram arquivados. Relativamente aos casos concluídos pela DSPJ, foi solicitado o acompanhamento por parte dos Serviços envolvidos num total de 26 casos; por outro lado, 143 processos foram arquivados devido à impossibilidade do seu acompanhamento por diversos motivos, nomeadamente por estarem fora do âmbito de competência do CCAC,

¹ Algumas queixas ou denúncias foram tratadas em conjunto.

pela inexistência de indícios de ilegalidades ou irregularidades ou pela insuficiência de dados.

Em 2021, um total de sete casos de apoio à investigação, apresentados por entidades homólogas do exterior, foram instruídos após o recebimento dos respectivos pedidos pelo CCAC. Somando estes últimos aos casos transitados do ano 2020, registou-se um total de 16 casos de apoio à investigação em 2021, de entre os quais, sete foram dados como findos e nove continuam a ser alvo de acompanhamento. O CCAC apresentou três pedidos de apoio à investigação a entidades homólogas do exterior, dos quais um a autoridades do Interior da China e dois à Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong.

No âmbito da sensibilização, o CCAC desenvolveu várias acções de sensibilização subordinadas ao tema “eleições limpas”, incluindo o “Concurso, por convite, de debate sob o tema Integridade”, a prova de orientação pela cidade “Vamos actuar para umas eleições limpas”, a iniciativa “Estações Itinerantes Comunitárias para Eleições Limpas 2021”, cerca de 50 sessões da exposição itinerante “Informações sobre Eleições Limpas” nas escolas, 32 actividades itinerantes de teatro “Saibam mais sobre Eleições Limpas” nas escolas, nove palestras sobre eleições limpas, vários jogos de perguntas e respostas através de WeChat, entre outras acções, divulgando a mensagem de umas eleições limpas junto de todos os sectores da sociedade. Por outro lado, o CCAC organizou, durante o ano, um total de 437 palestras e colóquios de diversos tipos, contando com a participação de 28.720 pessoas, sendo os destinatários, principalmente, trabalhadores da função pública, empregados de sociedades comerciais, população em geral, jovens e estudantes do ensino infantil, primário, secundário e superior. Foram também organizadas diversas actividades, nomeadamente a cerimónia de entrega de louvores da actividade “Difundindo a Integridade pelas Escolas” - Formação de Embaixadores Juvenis para a Honestidade e Plano de Prática nas Escolas, o “Dia de experiência das actividades locais com equipas excelentes” e a cerimónia de entrega de louvores ao Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa 2021 - “Andamos juntos no caminho para a integridade”.

No âmbito relativo ao intercâmbio com o exterior, tendo em conta a relativamente estável situação epidémica no Interior da China e em Macau no início de 2021, os representantes do CCAC deslocaram-se às nove cidades da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau duas vezes para visitar as Comissões de Inspecção Disciplinar e as Comissões de Supervisão da província de Guangdong e das diversas cidades, tendo visitado também as bases de educação de combate à corrupção e de promoção da integridade, bem como outras empresas de referência para a integridade.

Perante a volatilidade da epidemia causada pelo novo tipo de coronavírus, em 2021, o CCAC continuou a participar em várias conferências, seminários e cursos de formação realizados com mais frequência de forma virtual. Entre estas iniciativas, destacou-se a videoconferência, realizada em Fevereiro, com o Comissário do ICAC de Hong Kong, Simon Peh Yun-lu, e outros representantes daquela entidade, tendo ali abordado e trocado impressões, nomeadamente sobre os trabalhos da construção de uma sociedade íntegra entre Macau e Hong Kong, bem como a matéria relativa à cooperação na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. No âmbito relativo a conferências internacionais, o CCAC participou sucessivamente, por teleconferência, na Conferência da Região Asiática do Instituto Internacional de Ombudsman (IOI), na Assembleia

Geral do IOI, na reunião plenária do Grupo Ásia/Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (APG), na eleição de directores do Conselho de Direcção da Região Asiática do IOI. Para além disso, a convite da Comissão Nacional de Supervisão, o CCAC participou na “1.ª Reunião da Rede Operacional Global das Autoridades contra a Corrupção (GlobE Network)”, tendo assistido também à 9.ª sessão da Conferência dos Estados Partes na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção a convite do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China na RAEM.

Em 2022, o CCAC continuará a promover a integridade e a honestidade junto de toda a sociedade de Macau em conformidade com o rumo do desenvolvimento apresentado no 2.º Plano Quinquenal, tendo como objectivo a “Generalização da integridade”. Em articulação com o rumo da política da RAEM de integração no desenvolvimento nacional, serão adoptadas também, de forma activa, medidas de prevenção e de combate à corrupção, recorrendo a meios inovadores e informatizados. Além do mais, será reforçada a fiscalização no âmbito das acções de provedoria de justiça e será dado um incremento aos conhecimentos adequados da população sobre a provedoria de justiça através de acções de divulgação e sensibilização.



Em 2021, o Comissariado da Auditoria (CA) divulgou o “Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2020” e o relatório de auditoria de resultados “Gestão da Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A. - 2.º Relatório”.

O relatório “Gestão da Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A. - 2.º Relatório” referiu que, a fim de criar a Base de Inovação e Empreendedorismo para os Jovens de Guangdong-Macau, estabelecer a sede da Parafuturo de Macau em Zhongshan, criar um centro de formação e intercâmbio para jovens empreendedores do Interior da China, Taiwan, Hong Kong e Macau, um centro de distribuição de produtos dos países de língua portuguesa e um centro de exposição de produtos característicos de Macau, em Outubro de 2016, a Parafuturo de Macau propôs a aquisição do Centro Internacional de Conferências Torch

(Centro de Conferências), apesar de saber que não havia sido emitido o certificado predial do imóvel. Posteriormente, em Julho de 2018, a Parafuturo de Macau optou por arrendar primeiro o Centro de Conferências, de quatro andares, por um período de 18 anos e com um período de isenção de renda de um ano, sem ter realizado uma due diligence quanto à sua utilização e operação sem o certificado predial e respectivas consequências legais, deixando para uma fase posterior a sua aquisição.

O relatório revelou ainda que, além dos investimentos acima referidos, a Parafuturo de Macau também participa no capital social de uma instituição financeira. Em 2017, a Parafuturo de Macau investiu 18 milhões de patacas numa instituição financeira, passando a ser seu accionista (a empresa detém 15 por cento do capital social). Esta instituição tem como escopo a criação de uma plataforma de negociação para empresas do Interior da China com activos no estrangeiro e de emissão de obrigações para as PME de Macau. Antes de ter tomado esta decisão importante, a Parafuturo de Macau não fez uma análise global e suficiente do investimento, das condições externas e do próprio projecto e não houve um estudo de viabilidade, pelo que, no momento da apresentação da proposta, a Comissão Executiva não foi capaz de indicar ao Conselho de Administração os pontos essenciais que influenciaram a decisão, as vantagens e as desvantagens, os riscos e as exigências do projecto.

Tendo em conta que a legislação de Macau em vigor não estabelece uma regulamentação abrangente no que diz respeito à transacção de activos financeiros, o Governo da RAEM estabeleceu algumas restrições quanto a certos aspectos relacionados com a natureza e funcionamento da referida instituição. A regulamentação legal é fundamental para uma infraestrutura financeira sólida, porém, de momento, não existe legislação que regule os mercados financeiros ou plataformas de negociação de activos financeiros. Tendo em conta a falta de uma supervisão abrangente, a instituição financeira deve ser mais prudente na sua actuação de modo a minimizar a ocorrência de potenciais riscos. Aliás, entende-se que a escolha da Parafuturo de Macau (responsável pela cooperação regional entre Zhongshan e Macau) para participar na criação de uma instituição financeira não foi uma decisão adequada.

Além dos trabalhos de auditoria, o CA participou nos eventos seguintes em 2021:

Em Abril, o Comissário da Auditoria, Ho Veng On, à frente duma delegação do Comissariado, efectuou, uma visita ao Auditor Geral do Gabinete de Auditoria Nacional (GAN), Hou Kai, em Pequim, na qual foram abordadas as questões sobre a informatização da auditoria, implementação das políticas associadas a auditorias concomitantes e formação para técnicos de auditoria, bem como a cooperação regional e o reforço de intercâmbio com as instituições congéneres da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

Em Setembro, o Comissário da Auditoria, Ho Veng On, como membro da delegação da China, participou na 15.ª Assembleia Geral da Organização Asiática das Instituições Superiores de Auditoria (ASOSAI), na capital da Tailândia, Bangkok, por videoconferência. Ho Veng On participou numa discussão em grupo com Qin Boyong do GAN como o relator principal, tendo discutido o papel da auditoria pública no sistema nacional e na modernização do país, e conhecido a nova experiência de vários países em ajudar o Governo a promover a boa governança no contexto do novo normal, com a expectativa de aprender através da observação e incentivar

o pessoal do CA da RAEM a manter a sua missão em mente e continuar a lutar, melhorar o posicionamento e esforçar-se para promover o desenvolvimento de alta qualidade do trabalho de auditoria.

Em Outubro, o CA participou na capital de Portugal, Lisboa, na qualidade de observador, no V Fórum Jurisdicional das Instituições Superiores de Controlo (ISCs) e na XI Assembleia Geral da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP), na qual, foram debatidos a relevância e o reforço da função jurisdicional dos Tribunais de Contas no combate à fraude e corrupção, e foi ainda salientada a importância da colaboração multilateral dos Tribunais de Contas com funções jurisdicionais no combate à fraude e corrupção.

Com a atenção e o apoio prestado pelo GAN, este ano o CA destacou dois trabalhadores, na qualidade de observadores, para participar periodicamente na reunião de trabalho da National Audit Information Standardization Technical Committee (SAC/TC 341) (autorizada a sua constituição em 2008 pelo Standardization Administration of China), uma organização nacional de trabalho técnico-profissional à qual compete desenvolver trabalhos padronizados no âmbito de informatização de auditoria e demais domínios relacionados com a auditoria, sobretudo, a informatização da contabilidade e a informatização da gestão. O Comissariado da Auditoria foi convidado pela primeira vez para participar naquele Comité técnico-profissional, sendo uma oportunidade valiosa para aprendizagem de técnicas e aquisição de experiências que contribuirão para o aperfeiçoamento dos sistemas de trabalho, da padronização dos sistemas e do mecanismo de operação, promovendo a inovação do modelo de trabalho e a elevação da eficácia do padrão de execução.

No domínio de promoção do desenvolvimento da auditoria apoiada em tecnologias de informação e comunicação, o CA concluiu a actualização e a modificação do Programa Informático de Auditoria in loco, com o apoio do Centro de Tecnologia Informática do GAN, e em simultâneo, foram desenvolvidos novos programas de apoio relevantes dos dados electrónicos para facilitar todos os serviços públicos sujeitos à fiscalização de auditoria nos termos da lei. Conforme o Despacho do Comissário da Auditoria n.º 2/2019, os serviços públicos devem apresentar e formatar a conta de gerência, as peças contabilísticas e os elementos de gestão financeira do ano económico anterior de acordo com as especificações de dados ou os modelos para os ficheiros electrónicos exigidos pelo CA. Tendo em conta que os organismos especiais utilizam pela primeira vez os programas de apoio, o CA realizou a "Sessão de apresentação sobre Programas de apoio relevantes dos dados electrónicos" em Março, para explicitar sobre a operação específica do Programa de apoio para a exportação e importação de ficheiros CSV e do Programa Informático para Verificação de Dados Electrónicos, apoiando os serviços públicos a verificarem se os seus dados electrónicos CSV estão conformes ao formato e às especificações exigidos, de modo a aprofundar a compreensão dos participantes em relação às funcionalidades dos programas.

No domínio de divulgação, o CA deu continuidade aos "Encontros sobre a cultura de auditoria" dirigidos a trabalhadores da Administração pública, a participantes dos cursos de promoção das Forças de Segurança, e a trabalhadores recém-admitidos nas Forças de Segurança e na Função Pública, para promover a aplicação adequada dos recursos públicos.